

TRADUZIR É MESMO MANIPULAR?

Maria Paula Frota (PUC-Rio)

Professora da área de Estudos da Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Letras.

RESUMO

Sintonizada com o ideário pós-estruturalista, pressuponho que a fidelidade total é impossível e por isso deve ser criticada. Entretanto proponho revermos o rumo que muitos acabaram por imprimir à idéia de tradução como transformação, radicalizando-a como manipulação. Questiono se o entendimento da tradução como uma escrita criativa ou manipuladora não é igualmente insatisfatório, uma vez que aloca a tradução em um campo de produção textual que foge ao seu campo próprio, provocando efeitos nefastos como o acirramento do desprestígio da tradução junto ao público leitor, situação contra a qual vêm lutando os mesmos proponentes da tradução como manipulação.

Palavras-chave: Tradução, Reescrita, Transformação, Manipulação.

ABSTRACT

Speaking from a post-structuralistic perspective, I assume that total fidelity is impossible and hence must be criticized. Nevertheless, I propose that we reconsider the consequences of radicalizing the idea of translation as transformation, to the point of identifying it with manipulation. I ask whether the understanding of translation as creative or manipulative writing is not equally unsatisfactory, since it locates translation in a field of textual production other than its own, provoking such negative effects as further damaging the prestige of translation among readers, a situation against which the very proponents of translation as manipulation have been fighting.

Keywords: Translation, Rewriting, Transformation, Manipulation.

A proposta deste artigo é a de questionar se não estará havendo, na esfera das teorias de tradução contemporâneas, um relaxamento excessivo dos critérios de identificação do fazer tradutório, o qual vem sendo concebido por muitos como uma reescrita manipuladora e com frequência assimilado a outras formas de reescrita ou mesmo à escrita autoral. Veja-se, a título de exemplo, a citação abaixo:

Sob a luz dessa reescrita, o conceito de tradução é ampliado para incluir imitação, adaptação, citação, pastiche, paródia – todos diferentes modos de reescrita: em resumo, todas as formas de interpretação de trabalhos e discursos. (Godard, 1990: 93, minha tradução)

Àquele questionamento somam-se outros: não estará tamanha flexibilização conceitual da tradução contribuindo para incrementar os equívocos tradicionalmente reinantes entre os leitores e os agentes do mercado? Não estaremos nós, estudiosos da tradução, contribuindo para a manutenção do baixo *status* da atividade tradutória junto ao público, quando um dos pilares centrais do campo disciplinar que conseguimos construir nas últimas décadas consiste justamente no propósito de tirá-la da “marginalidade” e torná-la visível e prestigiada? Não seria o caso de procurarmos identificar alguns traços específicos da tradução de modo a podermos discerni-la de outras formas de reescrita, ainda que entre elas por vezes encontremos características comuns que impedem o estabelecimento de fronteiras absolutamente nítidas e fixas? Não seriam os resultados das pesquisas historiográficas que temos realizado um terreno fértil para, hoje, procurarmos diferenciar a reescrita tradutória de outras reescritas como, por exemplo, os *imitatios* romanos, as que eram feitas na Inglaterra renascentista, na França iluminista, ou no Brasil, seja em nossos folhetins do século dezenove ou em tantos romances estrangeiros aqui reescritos e publicados na primeira metade do século vinte? Por que seguir a proposta de Godard e confundir a tradução com a adaptação ou com a paródia – ou pior, com a noção mais ampla de *reescrita*, que a meu ver compreenderia as demais – em lugar de tê-las como termos e noções distintos, formas distintas de textos derivados?

Tais questões iniciam uma discussão que não deve ser associada a toda uma tradição contra a qual tenho sistematicamente me pronunciado e que vejo como amplamente superada entre os estudiosos de nossa área. Sendo assim, parece-me prudente explicitar minha adesão ao antiessencialismo e a convicção de que a crítica pós-estruturalista já tem hoje entre nós um lastro considerável que permite refletir sobre alguns de seus possíveis entendimentos ou desdobramentos.

Feito esse parêntese, começo por destacar alguns efeitos que a referida flexibilização, a meu ver demasiada, está tendo ou pode vir a ter.

Um deles seria um certo tipo de prática que se apresenta como uma prática tradutória, mas que julgo merecer questionarmos se trata-se mesmo de *tradução*. Refiro-me sobretudo a uma prática que vem sendo exercida por certos tradutores que são também autores ou fundamentalmente teóricos, como é o caso, por exemplo, do conhecido grupo de “tradutoras” feministas. Como elas próprias afirmam, a tradução é usada como espaço de luta político-ideológica e, com esse propósito, são deliberadamente operadas manipulações cuja legitimidade considero questionável – que fique claro: questiono a legitimidade dessas manipulações na medida em que elas se tenham como *traduções* (v. Frota, no prelo).

Questiono essas traduções tanto quanto a suposta tradução da *Ilíada* feita por De la Motte no início do século dezoito, na qual, segundo declaração dele próprio, foram eliminados 12 dos 24 livros do original, e reduzidos os restantes (LEFEVERE, 1992); ou os trabalhos feitos mais recentemente pelo pós-poundiano Robert Lowell, que “traduziu” Mallarmé, V. Hugo, Rimbaud e outros – será que o que fez foram mesmo traduções? Ele declara ter tomado inúmeras liberdades, ter-se apenas baseado nos originais; enxugou, acrescentou, alterou (MILTON, 1993, p. 109).

Um outro efeito da excessiva flexibilização identitária da tradução, o qual me parece um efeito ruim, diz respeito à relação entre a teoria e a prática tradutórias, nesse caso a prática da tradução realizada pelos tradutores profissionais típicos. A teoria e a prática da tradução parecem estar tão afastadas como sempre, embora uma curiosa inversão tenha se dado nessa relação: quando, tradicionalmente, no plano teórico da tradução, predominava um discurso que prescrevia a fidelidade total, abundavam na prática as chamadas traduções criativas (imitações), realizadas livremente por autores famosos; hoje, que temos um discurso teórico majoritariamente, digamos, liberalizante, predomina uma prática caracterizada pela busca de maior fidelidade ao original. Aqui no Brasil, por exemplo, nós estamos assistindo à publicação de uma série de retraduições – veja-se, entre inúmeros outros casos, o romance *Pergunte ao pó*, tradução de *Ask the dust*, de John Fante, primeiramente “traduzido” por Paulo Leminski; a retradução de *For whom the bell tolls*, de Hemingway, anteriormente feita por Monteiro Lobato (v. CAMPOS, 2004); ou a retradução de *The thin man*, de Dashiell Hammett, que também havia sido “traduzido” por Monteiro Lobato (v. MARTINEZ, 2003). Se uso aspas quando me refiro às primeiras “traduções” desses livros, o faço porque nelas foram operados cortes, alterações e acréscimos tão drásticos que o mais adequado seria tê-las como *adaptações*.

A atual tendência literalizante ou fidelizante, por assim dizer, não se restringe ao Brasil, sendo uma tendência generalizada, talvez em consequência da profissionalização dos tradutores (ver p. ex. VENUTI, 2002). O abismo entre a teoria e a prática da tradução é obviamente negativo, e constitui um aspecto muito mencionado pelos estudiosos da área, que a ele se referem sempre insistindo na necessidade de o superarmos. Fica no entanto a questão: será que se vai conseguir isso, quando teorias e práticas caminham em direções tão inversas?

Um terceiro e último efeito da demasiada flexibilização ou hibridização conceitual da atividade tradutória (a partir do qual aprofundarei a presente reflexão) é o de que ela a meu ver dificulta a conquista de uma maior visibilidade e de um maior prestígio da tradução junto à sociedade – seja porque ela impede uma identificação da tradução como uma atividade com características próprias, seja porque ela, quando posta em prática, se distancia por demais da expectativa do leitor, configurando, como se verá, um problema ético importante. E ressalte-se que a conquista dessa visibilidade é algo pelo qual os estudiosos vêm lutando muito. A rigor, os estudiosos da área têm tido como o seu principal alvo, ou no mínimo como um dos seus principais alvos, superar a condição de invisibilidade ou de desprestígio da tradução. Dentre os estudos de tradução desenvolvidos nas últimas décadas, dificilmente encontramos algum que deixe de se referir à “marginalidade” social da atividade tradutória e dos tradutores. Eles vêm procurando identificar as causas dessa situação e, através da desconstrução destas, vêm buscando formas de tornar a tradução visível e prestigiada, de tornar reconhecidas a relevância e a complexidade do trabalho do tradutor.

Um motivo central dessa invisibilidade, como sabemos, é a ideia de que o texto traduzido é, e tem tudo para ser, uma representação especular do texto original. Os teóricos vêm mostrando e justificando a impossibilidade dessa representação, e, através de argumentos que envolvem as inevitáveis diferenças linguísticas e culturais ou a frequente opacidade dos textos, vêm defendendo a necessária intervenção do tradutor, este sobredeterminado por injunções históricas, valores culturais, desejos inconscientes. Em poucas palavras, os teóricos da tradução vêm afirmando que traduzir implica *transformar* e que seria muito bom que o público soubesse disso – “público” aí inclui não só os leitores de textos traduzidos, como também os críticos e resenhistas de traduções, os próprios clientes dos tradutores e até mesmo alguns tradutores.

A invisibilidade e a marginalidade sociais da tradução parecem desde sempre constituir um fato, em qualquer lugar do mundo, e, quanto ao esforço teórico para vencer essa situação, ele se insere no que se pode chamar de virada pós-estruturalista nos estudos da tradução, de modo que nós, estudiosos da área, já o presenciamos desde a década de 1970 e, de forma estrondosa, desde os anos 80. É importante lembrar que até que se desse essa virada pós-estruturalista na teoria, o que aí predominava era a mesma crença que é até hoje vigente entre o público, a crença na possibilidade de a tradução refletir fielmente o original. É verdade que no campo teórico essa crença já vinha sendo lenta mas inexoravelmente abalada, desde o século 19, em particular pelas teses filosóficas sobre a linguagem desenvolvidas por Humboldt e seus discípulos, as quais mostravam o relativismo linguístico atrelado às diferenças culturais. Mas essas teses, que acabaram por gerar o impasse expresso no adágio tradutor-traidor, não deixaram de enfrentar uma oposição majoritária na área, a qual insistia na possibilidade da equivalência de sentido entre os textos de partida e de chegada, ainda que para isso se tivesse de recorrer a estratégias mais trabalhosas. Ou seja, foi mesmo o pensamento pós-estruturalista, avançando na tese humboldtiana e a ela somando outras tantas teorias multidisciplinares, que resolveu aquele impasse que denegria a tradução como uma atividade traidora, impossível ou ilegítima, mostrando-a como uma atividade necessariamente *transformadora*.

Essa forma de conceber a tradução como transformação se inspirou em várias fontes, mas ela tem um vínculo direto com a afirmação feita por Jacques Derrida em 1968, numa entrevista a Julia Kristeva, de que “seria necessário substituir a noção de tradução pela de *transformação*: uma transformação regulada de uma língua por uma outra, de um texto por um outro” (DERRIDA, 2001, p. 26).

Nessa atmosfera teórica, os estudiosos começaram a minar as fronteiras entre o texto original e o traduzido, encampando a morte do Autor efetuada por Roland Barthes, rejeitando a noção de origem/originalidade, desconstruindo a ideia de intenção e aderindo à visão de que é na leitura que se constituem os sentidos. Houve com isso um apagamento dos limites conceituais entre autor e tradutor, entre tradução e outras formas de (re)escrita, como por exemplo a adaptação. Começou-se a reivindicar para o tradutor o *status* de co-autor ou mesmo de autor. O foco tradicionalmente centrado no universo de partida, tido como o parâmetro para a produção e a avaliação de qualquer tradução, foi deslocado para o universo de chegada, com a proposição, pelos teóricos, de que as traduções deveriam sintonizar-se com as normas da cultura de chegada, buscando construir um

texto aceitável, fluente e funcional. Esvaziados os espaços tradicionalmente ocupados pelo autor, pelo original e seu contexto, e pelos significados desse autor contidos no seu texto, passam a ocupá-los – conforme a nova postura teórica – o tradutor como produtor de significados e todas as circunstâncias socioculturais e ideológicas que sobredeterminam a sua interpretação, já que, como se enfatiza, não há possibilidade de haver uma leitura neutra.

A tradução passa a ser compreendida como *manipulação*. Os conhecidos André Lefevere e Susan Bassnett dizem o seguinte no prefácio de todos os livros que integram a série Translation Studies, publicada pela Routledge:

Toda reescrita, qualquer que seja sua intenção, reflete uma certa ideologia e uma poética e, enquanto tal, manipula a literatura, de modo a que ela funcione, em uma dada sociedade, de determinada maneira. Uma reescrita é uma manipulação, feita a serviço do poder (v. p. ex. Lefevere, 1992: vii; minha tradução).

Vários são os conceitos e teorias que favorecem a assimilação da tradução a outras práticas de (re)escrita. Para a *Skopostheorie* e demais abordagens funcionalistas, a

produção de um texto é uma ação que também visa a um objetivo: que o texto “funcione” da melhor forma possível na situação e nas condições previstas. [...] O que está em jogo é a capacidade de funcionamento do *translatum* (o resultado da translação) numa determinada situação, e não a transferência linguística com a maior “fidelidade” possível a um texto de partida (Reiss e Vermeer, *apud* Rosas, 2002: 45).

Como escreveu Rosas (2002), “formula-se a ‘regra do escopo’ como regra principal de uma teoria da translação: *uma ação é determinada por sua finalidade (está em função de sua finalidade)* – vale dizer, em tradução o fim justifica os meios” (p. 47).

Entre os descritivistas também encontramos uma reflexão que valoriza o universo de chegada em detrimento do de partida, assim incentivando um relaxamento excessivo nos critérios de aceitabilidade do texto traduzido. Segundo esses estudiosos, a produção de traduções deve ter em vista as normas vigentes no sistema receptor e os interesses editoriais:

As traduções seriam, assim, fatos culturais cuja forma é influenciada em grande medida pelas normas vigentes na cultura de chegada. Omissões, acréscimos, atualizações, [...] entre muitos outros exemplos, são opções tradutórias que teriam uma relação muito próxima com as normas ou tendências que influenciam a realização de uma tradução em uma determinada época, em uma certa cultura. (AMORIM, 2003: 53)

A noção de tradução presumida (*assumed translation*), concebida por Gideon Toury,

contrapõe-se a esquemas de definição *a priori*, uma vez que levaria em consideração não um conjunto de traços que se supõem inerentes à tradução, mas toda e qualquer obra que seja apresentada ao público *como* tradução. (AMORIM, 2003: 54)

O que considero problemático é exatamente essa ausência de uma definição de tradução estabelecida *a priori* que possa reger a sua realização. É claro que interesses culturais e também comerciais podem estabelecer a necessidade de se produzirem reescritas que operem cortes e alterações drásticas no texto original, mas, nesses casos, a meu ver, esses textos, por razões éticas, devem ser apresentados ao público leitor como adaptações e não como traduções. Há casos, como a já mencionada “tradução” de *The thin man*, feita por Monteiro Lobato, em que são surpreendentes as manipulações operadas de modo ao texto de chegada obedecer a critérios editoriais não só relativos à linguagem como também à extensão do texto. Em seu projeto de publicar uma série de romances traduzidos que contribuíssem para desenvolver no Brasil um mercado de massa para livros, foi estabelecido um determinado número de páginas ao qual as traduções deveriam se adequar, ainda que para isso dezenas de páginas do texto de partida tivessem de ser amputadas (MARTINEZ, 2003).

Se, como lemos em Amorim, o público acaba por aceitar como tradução qualquer reescrita que seja publicada *como* obra traduzida, seja ela uma adaptação ou mesmo uma pseudotradução, isso ocorre porque ele só tem acesso ao produto que lhe é apresentado como tradução, desconhecendo todo o processo manipulatório envolvido em sua produção. Como já dito, a maioria dos leitores crê ingenuamente na possibilidade de as traduções serem representações espaciais dos originais. Sabemos que não é possível oferecer-lhes isso, mas há que haver limites entre as transformações inevitáveis e portanto inerentes a toda tradução e manipulações deliberadas que extrapolam as fronteiras do que normalmente se concebe como tradução. O próprio Toury, já referido, afirma que “quando um texto é oferecido como uma tradução, ele é prontamente aceito como tal, de boa fé, sem mais perguntas. Entre outras coisas, essa é a razão pela qual as traduções fictícias se passam facilmente como traduções genuínas” (*apud* AMORIM, 2003: 59). Pergunto se tais conceitos e teorias não estarão dando aval a trair-se a boa fé dos leitores, a que se lhes vendam “gato por lebre”, na medida em que assumem uma posição favorável ao deslizamento ou alargamento irrestritos de fronteiras conceituais da tradução.

Em palestra recente, Kanavillil Rajagopalan mostrou como a concepção essencialista da tradução acaba por apoiar, involuntariamente, as terríveis manipulações políticas que vêm sendo realizadas, por exemplo nos textos referentes às guerras no Afeganistão e no Iraque. Ele tem razão, mas pergunto se não se está franqueando a tradução a essas manipulações quando se afirma que traduzir é isso mesmo, é manipular. Repito que estou me referindo a uma manipulação violenta e deliberada e não a uma intervenção necessária ou mesmo inconsciente, inevitável do tradutor.

A visão da tradução como manipulação – ou seja, como escrita de um novo texto que, com novos objetivos e funções e interesses, desconsidera de modo significativo o texto original – a meu ver nos mantém na velha dicotomia tradução literal / tradução criativa (ou imitação). Assim pensando, conluo com a pergunta: será que não é chegada a hora, uma vez que já desconstruído o ideal inatingível da tradução totalmente fiel ou literal e todos os seus pressupostos, de desconstruirmos a noção de tradução criativa e os seus respectivos pressupostos? Como já se disse, será que não matamos o Autor e colocamos em seu lugar um Tradutor que também precisa ser morto?

Referências

- AMORIM, Lauro Maia (2003). **Tradução e adaptação: entre a identidade e a diferença, os limites da transgressão**. Dissertação de mestrado, São José do Rio Preto: IBILCE, UNESP.
- CAMPOS, Giovana C. (2004). For whom the bell tolls, **de Ernest Hemingway, e suas traduções no contexto brasileiro**. Dissertação de mestrado inédita, área de Teoria da Literatura, UFJF.
- DERRIDA, Jacques (2001 [1972]). **Posições**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.
- FROTA, Maria Paula (2004, no prelo). **Tradução e ética**. Trabalho apresentado no III Ciati, Unibero, 2004.
- GODARD, Barbara (1990). Theorizing feminist discourse/translation. S. Bassnett & A. Lefevere (orgs.). **Translation, history and culture**. London: Pinter.
- LEFEVERE, André (1992). **Translation, rewriting & the manipulation of literary fame**. London & New York: Routledge.
- MARTINEZ, Sabrina Lopes (2003). **Monteiro Lobato: tradutor ou co-autor?**. Monografia inédita, curso de Especialização em Tradução, Rio de Janeiro: PUC.
- MILTON, John (1993). **O poder da tradução**. São Paulo: Ars Poetica.
- ROSAS, Marta (2002). **Tradução de humor: transcriando piadas**. Rio de Janeiro: Lucerna.
- VENUTI, Lawrence (2002). The difference that translation makes: the translator's unconscious. A. Riccardi (org.). **Translation studies: perspectives on an emerging discipline**. Cambridge University Press.